

Jornal de Santarém
03 a 09 de novembro de 2018

MPF questiona MEC sobre indeferimento de bolsa para indígenas e quilombolas em Santarém

Quase 70% das inscrições aprovadas pela Ufopa foram negadas pelo MEC, em um total de 95 alunos prejudicados.

■ DANIELA PANTOJA
FREELANCER

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou ao Ministério da Educação (MEC) informações sobre os motivos do indeferimento em massa de inscrições de alunos indígenas e quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) no Programa Bolsa-Permanência, que fornece auxílio mensal de R\$ 900 para moradia, alimentação e material escolar.

De acordo com informações recebidas pela Procuradoria da

República em Santarém, quase 70% das inscrições aprovadas pela Ufopa foram negadas pelo MEC, em um total de 95 alunos prejudicados. O MPF também foi informado que o ministério não deve abrir prazo para recurso contra a decisão.

O ofício com os questionamentos ao MEC foi assinado pelos procuradores da República Camões Boaventura e Luisa Sangoi, e enviado na quarta-feira, dia 31. O ministério terá dez dias para apresentar resposta.

O documento é

endereçado ao Secretário de Educação Superior, Paulo Barone, ao Diretor de Políticas e Programas da Educação Superior, Vicente de Paula Almeida Júnior, ao coordenador do Programa Bolsa Permanência, Antônio Correa Neto, e ao assistente técnico da coordenação-geral de Políticas de Educação Superior do ministério, Evaldo Melo.

No ofício, o MPF solicita que sejam fornecidas informações sobre o quantitativo total de estudantes indígenas e quilombolas que se inscreveram

este ano no Programa Bolsa Permanência, sobre a quantidade total de inscrições indeferidas no país, e o número total de indeferimentos a estudantes indígenas e quilombolas vinculados à Ufopa.

Também foram solicitadas explicações detalhadas sobre cada um dos indeferimentos das inscrições dos estudantes indígenas e quilombolas vinculados à Ufopa. Além das justificativas registradas no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência, foram requeridas pelo MPF informações sobre os

motivos específicos de cada indeferimento, quais os tipos de erros detectados, e em quais documentos.

O MPF também foi informado que o MEC está realizando uma auditoria no programa, os procuradores da República querem saber se essa iniciativa foi motivada por recomendação de algum órgão de controle interno ou externo. Caso exista uma recomendação, o MPF solicitou cópia do documento.

O ofício pede também uma resposta oficial sobre se haverá ou não prazo

de recurso para os estudantes que tiveram suas inscrições indeferidas. Se o prazo para recursos não estiver previsto, os procuradores da República pergun-

tam se haverá reabertura do prazo para que os estudantes que tiveram suas inscrições indeferidas possam corrigir a documentação. Caso essa reabertura de prazo não estiver prevista, o MPF quer saber do MEC como o ministério pretende garantir a permanência dos estudantes indígenas e quilombolas vinculados à Ufopa.